

A ACESSIBILIDADE EM UM CAMPUS UNIVERSITÁRIO NA PARAÍBA

ACCESSIBILITY ON A UNIVERSITY CAMPUS IN PARAÍBA

Soraia Carvalho de Souza¹
Antonia Livaneide da Silva²

RESUMO

Acessibilidade é a possibilidade que todas as pessoas têm de acessar lugares de forma autônoma e adquirir produtos e serviços sem nenhum empecilho. O objetivo desse trabalho é o levantamento da acessibilidade nos espaços do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, Campus V da Universidade Estadual da Paraíba, situado na cidade de João Pessoa. A análise foi realizada de forma presencial com pessoas que têm uma rotina diária na instituição. Aconteceu no período de maio a setembro de 2022. Tivemos a contribuição de técnicos administrativos e da professora Soraia Carvalho de Souza, todos lotados no Campus V, em especial uma bibliotecária que tem deficiência visual. A pesquisa mostra a importância da acessibilidade para o acesso à educação e o quanto isso facilita a inclusão e o desenvolvimento social das pessoas com diferentes tipos de deficiências em todos os espaços.

Palavras-chave: Acessibilidade; Inclusão; Ambientes acessíveis.

ABSTRACT

Accessibility is the possibility that all people have to access places autonomously and acquire products and services without any obstacles. The objective of this work is to survey the accessibility in the spaces of the Center for Applied Biological and Social Sciences, Campus V of the State University of Paraíba, located in the city of João Pessoa. The analysis was carried out in person with people who have a daily routine at the institution. It took place from May to September 2022. We had the contribution of administrative technicians and Professor Soraia Carvalho de Souza, all of whom were assigned to Campus V, especially a librarian who is visually impaired. The research shows the importance of accessibility for access to education and how much it facilitates the inclusion and social development of people with different types of disabilities in all spaces.

Keywords: Accessibility; Inclusion; Accessible environments.

1. INTRODUÇÃO

Promover o acesso amplo e universal a todos os cidadãos é o principal objetivo da acessibilidade e inclusão. Para tanto é necessário integrar em todos os ambientes, público ou privado essa população excluída e transformar a Sociedade em um ambiente mais igualitário.

¹ Docente dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Biológicas do CCBSA da Universidade Estadual da Paraíba; João Pessoa, PB. E-mail: soraia.cs@servidor.uepb.edu.br

² Bibliotecária do CCBSA da Universidade Estadual da Paraíba; João Pessoa, PB. E-mail: liva@servidor.uepb.edu.br

A acessibilidade remove barreiras, garante independência e autonomia para as pessoas que são muitas vezes, julgadas incapazes de participarem de atividades cotidianas como estudar, trabalhar e usufruírem normalmente de uma vida social como todas as pessoas.

É de grande importância, que as instituições de ensino e educação sigam os padrões das normas reguladoras e leis vigentes, permitindo dessa forma, a procura cada vez mais de novos alunos com deficiência ou limitações buscar essas instituições, melhorando sua qualidade de vida, podendo executar novas atividades e conquistarem um diploma de curso superior, cada vez mais necessário para o seu desenvolvimento cultural e profissional.

As Universidades representam a constituição do saber humano. São fontes de inserção e criação de conhecimentos, como também são responsáveis pelo desenvolvimento social de um país.

Visando garantir o direito das pessoas com deficiências (PcD) o acesso à educação, essa pesquisa tem como objetivo geral levantar o nível de acessibilidade nos ambientes do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas -CCBSA, Campus V da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB localizado em João Pessoa e como objetivos específicos, identificar barreiras arquitetônicas na estrutura física do campus afim de padronizar, melhorar e facilitar o acesso de pessoas com algum tipo de deficiência ou limitação ao Campus da Universidade Estadual da Paraíba, situado na capital paraibana.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Acessibilidade

Acessibilidade é a condição que permite a todas as pessoas, com ou sem deficiência, em todas as fases da vida ter acesso com segurança e autonomia, aos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, serviços e oportunidades abertas ao público, de uso público ou privado.

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 9050 (2015, p.2):

Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliário, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Promover acessibilidade é remover barreiras que impedem as pessoas com deficiência de participarem de simples atividades do cotidiano, é determinante para garantir o acesso a direitos individuais básicos. A proposta é desenvolver ambientes para serem usados por todas as pessoas, sem limites e adaptações. Permitir que todos tenham os mesmos direitos e condições de receber informações, circular com facilidade em ambientes do contexto social. A acessibilidade é um processo em que todas as pessoas estão envolvidas como afirma (Mazzoni, et al. p. 31) “um processo de observação e construção, feito por todos os membros da sociedade”. Nesse sentido, surge o *Desenho Universal* como alternativa de transformação e acessibilidade, criando diversos ambientes e espaços mais inclusivos para todos independentes de características e habilidades individuais, é uma transformação para toda a sociedade, porque diz respeito a infraestrutura das cidades e aos produtos usados diariamente. O propósito é manter todas as pessoas em situação de igualdade para utilização de ambientes, produtos e serviços de forma autônoma. O desenho universal surge como forma de acessar o mundo sem limites, adaptações e ajustes, é um benefício para toda a população, contemplando diversidades e dificuldades permanentes ou provisórias, incluindo idosos, obesos, grávidas, mães com bebês e pessoas com mobilidades reduzidas.

A acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência (Sasaki, 2009, p.2).

A Lei da Acessibilidade (Lei Nº 10.098) existe para impor as normas e critérios básicos para que a acessibilidade seja promovida a todas as pessoas que possuam alguma deficiência ou condição especial. Ela busca isso, eliminando obstáculos e barreiras em todos os lugares que impedem as pessoas com necessidades especiais de circularem e desenvolverem suas atividades básicas. Convivemos com isso a todo o momento do nosso cotidiano, a exemplo das vias públicas, em reformas e construções de edifícios, em meios de transporte e até de meios de comunicação.

O conceito de acessibilidade plena é representado pelos sete princípios do desenho universal, apresentado por (Carletto e Cambiaghi, 2007, p.12-16):

- I - **Igualitário**: São espaços, objetos e produtos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos. Ex: Portas com sensores que se abrem sem exigir força física ou alcance das mãos de usuários de alturas variadas
- II - **Adaptável**: Design de produtos ou espaços que atendem pessoas com diferentes

habilidades e diversas preferências, sendo adaptáveis para qualquer uso. Ex: Computador com teclado e mouse ou com programa do tipo "Dosvox". Tesoura que se adapta a destros e canhotos.

III - **Óbvio**: De fácil entendimento para que uma pessoa possa compreender, independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem, ou nível de concentração. Ex: Sanitário feminino e para pessoas com deficiência. Sanitário masculino e para pessoas com deficiência.

IV - **Conhecido**: Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender as necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição. Ex: Utilizar diferentes maneiras de comunicação, tais como símbolos e letras em relevo, braille e sinalização auditiva.

V - **Seguro**: Previsto para minimizar os riscos e possíveis conseqüências de ações acidentais ou não intencionais. Ex: Elevadores com sensores em diversas alturas que permitam às pessoas entrarem sem riscos de a porta ser fechada no meio do procedimento e escadas e rampas com corrimão.

VI - **Sem esforço**: Para ser usado eficientemente, com conforto e com o mínimo de fadiga. Ex: Maçanetas tipo alavanca, que são de fácil utilização, podendo ser acionada até com o cotovelo. Esse tipo de equipamento facilita a abertura de portas no caso de incêndios, não sendo necessário girar a mão.

VII - **Abrangente**: Que estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso, independentemente do tamanho do corpo (obesos, anões etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.). Poltronas para obesos em cinemas e teatros. Banheiros com dimensões adequadas para pessoas em cadeira de rodas ou as que estão com bebês em seus carrinhos.

A proposta do desenho universal como mostra a Figura 1, é que os produtos e ambientes sejam utilizados por qualquer pessoa com ou sem deficiências.

Figura 1 - Desenho Universal.



Fonte: <https://casadaptada.com.br/2015/04/o-que-e-arquitetura-acessivel-e-o-conceito-de-desenho-universal/>

A acessibilidade é um termo que vem ganhando visibilidade cada vez mais nos dias atuais devido a sua importância e necessidade para que Pessoas com Deficiência (PcD) possam desfrutar

como qualquer outro indivíduo de diversos produtos, serviços e/ou informações. É um direito essencial na busca por uma vida autônoma, justa e eficaz.

A acessibilidade adequada e correta é dívida em seis dimensões de acordo com (Sasaki, 2005, p. 23):

I - **Acessibilidade arquitetônica**: sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.

II - **Acessibilidade comunicacional**: sem barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital).

III - **Acessibilidade metodológica**: sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação do todo de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de logística didática etc.), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.).

IV - **Acessibilidade instrumental**: sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, transferidor, régua, teclado de computador, materiais pedagógicos), de atividades da vida diária (tecnologia assistiva para comunicar, fazer a higiene pessoal, vestir, comer, andar, tomar banho etc.) e de lazer, esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc).

V - **Acessibilidade programática**: sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.), em regulamentos (institucionais, escolares, empresariais, comunitários etc.) e em normas de um geral.

VI - **Acessibilidade atitudinal**: por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações.

No âmbito da acessibilidade, temos as tecnologias assistivas, recursos e serviços que contribuem para proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, ampliando suas habilidades de comunicação, mobilidade, domínio de seu ambiente, capacidades funcionais e conseqüentemente, promover qualidade de vida. A acessibilidade digital é uma ferramenta de inclusão social que estabelece autonomia, democratiza o acesso e permite que os usuários independentes das suas capacidades e condições tenham acesso às mesmas informações, conteúdos e serviços disponíveis pela tecnologia e que são necessários para facilitar a vida. Nesse contexto, as tecnologias assistivas a exemplo de leitores de tela para pessoas cegas, ampliação de

tela para pessoas com baixa visão e tradutores de texto e voz para libras beneficiando pessoas surdas foram criadas a fim de proporcionar as pessoas com deficiências o benefício de estudar, trabalhar comprar, pagar suas contas, compartilhar experiências, conhecimentos sem sair do conforto da sua casa.

2.2 Inclusão Social

A inclusão social é uma medida necessária que contribui para a construção de uma nova sociedade, é o processo de mudanças e transformações em ambientes como também no pensamento e atitudes das pessoas em aceitar as diferenças e conviver com a diversidade humana no sentido de incluir nos sistemas sociais gerais, pessoas com deficiências. A palavra “portador de deficiência” foi substituída por “pessoa com deficiência. As pessoas não portam uma deficiência, a deficiência faz parte do corpo, não é algo que possa ser carregado eventualmente, como um celular ou uma bolsa. Para uma sociedade inclusiva, o respeito também está no cuidado em nos expressarmos corretamente quando nos deparamos com uma pessoa com deficiência.

A inclusão é uma tendência que ganha espaço e cresce cada vez mais na vida das pessoas. É uma realidade necessária e essencial na medida em que contribui para a melhoria na qualidade de vida da sociedade. O objetivo é reduzir as desigualdades e criar espaços acessíveis e funcionais para que os indivíduos vivam melhor e desenvolvam suas atividades com autonomia.

A política de inclusão existe para enfrentar as diferenças sociais e combater as desigualdades dentro da sociedade, favorecer a todos no que diz respeito ao acesso à educação, saúde, trabalho e uma vida com dignidade. É um processo que busca educar e conscientizar todo mundo com o propósito de que todos devemos viver juntos compartilhando dos mesmos direitos e deveres para melhoria na convivência e qualidade de vida da sociedade.

Quando falamos em inclusão social, não podemos deixar de referenciar o assistente social e pioneiro nesse assunto Romeu Sasaki, ele diz que inclusão social é “um processo bilateral no qual as pessoas ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos” (Sasaki, 1997, p.3 apud Sasaki, 1997, p.40)

A Declaração Nacional dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948, surge com o objetivo de garantir que os seres

humanos sejam livres e iguais em dignidade e direitos. Estabelece a proteção universal dos direitos humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição, naturalizando a inclusão e a ocupação dos espaços públicos por todos os cidadãos, independentemente de suas limitações. Considerando a justiça e a paz mundial, o artigo 3º diz que todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

A Constituição Federal do Brasil, artigo 5º, assegura a todos os cidadãos o direito de ir e vir em todo o território brasileiro, da mesma forma assegura o direito à educação conforme o artigo 205 visando o desenvolvimento das pessoas e garantindo oportunidades para todos. (BRASIL, 1988). Com o intuito de promover e garantir condições de igualdade, o exercício dos direitos básicos e fundamentais para a pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania, a fim de nivelar a pessoa com deficiência com as demais pessoas, foi promulgado pelo Congresso Nacional a Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A Figura 2 mostra o momento em que as pessoas registram um momento de interação e inclusão.

Figura 2 - Inclusão social



Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>

É direito da pessoa com deficiência viver em um ambiente em que garanta condições para sua autonomia e independência, que ele possa desenvolver suas habilidades e atingir seus objetivos. O Estado tem o dever de garantir esse bem-estar, por meio da formulação e implantação de políticas públicas, que são necessárias para garantir os direitos das minorias e os mais vulneráveis, seja por questões financeiras, econômicas e sociais, ou, por barreiras físicas. Além do poder público, é importante a participação da população, apresentando suas demandas e necessidades, assim como,

a comunidade de um modo geral, entrar nessa luta por uma sociedade cada vez mais inclusiva e com acessibilidade de qualidade.

2.3 Instituição de Ensino Superior

As Instituições de Ensino Superior (IES) são ambientes de fundamental importância no que diz respeito a inclusão de pessoas com deficiências. O seu papel de responsabilidade assegura não só a inclusão educacional, mas as condições plenas de participação e aprendizagem a todos as pessoas que buscam a constante evolução. Os IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade em todos os seus ambientes. A acessibilidade arquitetônica é a garantia de que todos os membros da comunidade acadêmica e da sociedade em geral possam circular, ir e vir com segurança e autonomia, naturalizando dessa forma a participação de todos nas instituições de ensino. Para o Ministério da Educação (MEC), Portaria 1.679/99 a acessibilidade é um dos requisitos para credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento e renovação de cursos superiores.

As IES devem estabelecer uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência, contemplando a acessibilidade no plano de desenvolvimento da instituição; no planejamento e execução orçamentária; no planejamento e composição do quadro de profissionais; nos projetos pedagógicos dos cursos; nas condições de infraestrutura arquitetônica; nos serviços de atendimento ao público; no sítio eletrônico e demais publicações; no acervo pedagógico e cultural; e na disponibilização de materiais pedagógicos e recursos acessíveis (MEC, 2013, p.12).

Existem inúmeros desafios para se garantir condições de acesso e permanência qualificada de pessoas com deficiência ao nível superior.

3. METODOLOGIA

O estudo foi desenvolvido no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - CCBSA, Campus V da UEPB (Figura 3), em virtude da convivência com a colega de trabalho, a bibliotecária Ana Lúcia Leite, que é uma pessoa com deficiência visual, onde compartilhamos com seu cotidiano as dificuldades e barreiras ocasionadas pela inacessibilidade. A pesquisa é de caráter exploratória descritiva e foi desenvolvida analisando e mapeando os ambientes através de visitas a todos os locais, desde a entrada principal, passando pelo estacionamento, área externa e interna, escadas, sanitários, salas de aulas, e a biblioteca a fim de constatar a realidade do Campus V, caracterizando

os espaços, os equipamentos, os recursos de tecnologia assistivas para pessoas com deficiência permanecerem e realizarem seus cursos.

Figura 3 - Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA da Universidade Estadual da Paraíba.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do fato de ser o Campus V, o local de trabalho no qual se vivencia o cotidiano, a realidade e a necessidade de todas as pessoas, que frequentam e procuram os serviços oferecidos no âmbito do ensino e da educação, se constata a inacessibilidade frente às estruturas arquitetônica e informacional do CCBSA. O Campus V é constituído por um prédio antigo, onde funcionava uma escola pública de ensino médio, e que em termos de estrutura física, absolutamente nada é acessível, inclusive a biblioteca. A ausência dos pisos tátil de alerta e tátil direcional no decorrer de todo o trajeto dificultam o tráfego das pessoas que possuem necessidades especiais circularem pelos ambientes individualmente e com autonomia.

No mês de maio de 2022, uma equipe formada pela Comissão de Acessibilidade e Inclusão em Ambientes das Bibliotecas da UEPB, composta por bibliotecários atuantes no CCBSA fizeram uma visita a convite da professora Soraia Carvalho de Souza por toda a área que corresponde as instalações da central de aulas, um prédio novo recém-construído, para verificação quanto a acessibilidade na estrutura. Foram identificadas barreiras arquitetônicas que dificultam o livre acesso às pessoas com deficiência visual ou baixa visão, mobilidades reduzidas como cadeirantes, gestantes, idosos, dentre outros. A bibliotecária Ana Lúcia que possui deficiência visual acompanhou todo o percurso, conhecendo e testando o grau de acessibilidade proposto nos ambientes.

Embora o prédio tenha sido recém-construído e entregue à comunidade acadêmica em meados do mês de abril de 2022, inúmeras falhas foram identificadas, faltou a implantação dos pisos táteis e sinalizadores que dão acesso as salas de aula e aos banheiros, temos banheiros acessíveis, porém sem nenhuma sinalização. Nas entradas principais de acesso ao prédio o piso tátil terá que passar por ajustes, pois foram colocados de forma incompleta. O estacionamento possui vagas destinadas as pessoas com necessidades especiais. Não levou em consideração a sinalização em braile nas entradas dos ambientes e em equipamentos como os extintores, bebedouros e hidrantes que podem auxiliar no percurso. As escadas (Figura 4) são totalmente perigosas, podendo causar acidentes, pelo fato de serem vazadas, mas, de acordo com (Souza, 2022) “colocando uma faixa de freio e fechando os degraus vazados já seria uma eliminação de barreira bastante importante”

Figura 4 – Escada do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA da Universidade Estadual da Paraíba.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Na entrada principal do CCBSA, a partir da guarita, tem o piso tátil, mas, deveria ter uma cobertura em todo um caminho que leva ao prédio novo da instituição, resguardando as pessoas com deficiência, assim como todos os frequentadores da instituição à exposição ao sol e a chuva.

A Figura 5 trata-se de um elevador acessível, um objeto de grande utilidade para a acessibilidade, porém, segundo (Souza, 2022) “não foi até o presente momento disponibilizado aos seus usuários, pois precisa de uma empresa que preste serviços de manutenção e esta encontra se em processo de licitação.

Figura 5 – Elevador acessível no Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA da Universidade Estadual da Paraíba.



Fonte: Arquivo pessoal das autoras.

Apesar da preocupação e algumas adaptações na central de aulas do CCBSA, ainda há muito que ser feito em termo de acessibilidade. O pessoal da infraestrutura está empenhado em realizar os ajustes necessários.

Estas barreiras arquitetônicas e de sinalizações existentes no prédio de sala de aulas do CCBSA precisam de pequenos ajustes para se tornarem acessíveis. No entanto, estas melhorias favorecerão a todos que utilizam o campus, uma vez que poderá atender a todos os cidadãos com ou sem alguma redução de mobilidade, tornando-se um prédio público acessível. Uma vez que, é necessário adequar os espaços às necessidades de pessoas com deficiências garantindo o direito ao livre acesso a todas as dependências do prédio do CCBSA (Souza, 2022).

A biblioteca situada no prédio antigo não atende aos requisitos de acessibilidade para pessoas com deficiência, dispostos pela Portaria no 1.679/99 do MEC, desde as instalações e estrutura do prédio até os recursos e materiais de informação. Não possui piso tátil para chegar até a biblioteca, existe uma rampa na entrada dificultando o acesso das pessoas com deficiência visual e cadeirantes, faltam sinalizadores em braile tanto na porta de entrada como também nas estantes dos livros, não possui computadores pra atender às demandas das pessoas com necessidades especiais, o acervo que temos em braile fica na sala inclusiva, localizada há uma certa distância da biblioteca, onde deveria ser acoplada a mesma ou mesmo em seu interior, A equipe da biblioteca necessita de cursos de aperfeiçoamento para atender a esse público.

O processo é lento, mas existe a boa vontade de mudar. O projeto Rede de Produção e Adaptação de Materiais Informacionais na Biblioteca do Campus V do CCBSA, idealizado por

bibliotecários do setor é uma grande iniciativa e tem como objetivo principal, adaptar materiais em formato acessível. O projeto está em andamento e é voltado para a comunidade acadêmica com deficiência visual. De acordo com a nossa colaboradora Ana Lúcia Leite, o site do Repositório Institucional (Dspace), onde são depositados os TCCs de todos os campi da UEPB está com sua página 80% acessível, caminhando para sua total acessibilidade.

5. CONCLUSÃO

Proporcionar o acesso amplo e universal a todos é o principal objetivo da acessibilidade e da inclusão social. É fundamental a conscientização de que a acessibilidade é um direito de todos garantido por lei.

Para uma Sociedade mais justa, inclusiva e igualitária para todos, é necessário o empenho do poder público em promover políticas públicas a fim de eliminar a exclusão social das pessoas com deficiências e garantir os seus direitos. A participação ativa de todos os setores da Sociedade, contribui para um ambiente global que promova o desenvolvimento social, econômico e individual das PcD.

Neste seguimento, o desenho universal parte do princípio de proporcionar acesso democrático aos espaços e serviços, equiparando as pessoas no que diz respeito à cidadania. A fim de evitar desperdícios e desconfortos aos usuários, o fundamental é que as medidas necessárias para tornar os ambientes e serviços acessíveis sejam tomadas o quanto antes e de acordo com as leis. As novas construções e ambientes devem ser planejados sob a ótica do Desenho Universal e a Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 9050.

Não diferente da grande maioria das instituições de ensino superior, as estruturas do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas - CCBSA, Campus V da Universidade Estadual da Paraíba, situado na cidade de João Pessoa e os seus ambientes, não estão completamente preparados para atender às pessoas com necessidades especiais, ainda falta muito para que mudanças e adaptações sejam implantadas, mas que existem a compreensão e o empenho da instituição para que essas demandas sejam atendidas. Foram identificadas várias barreiras arquitetônicas necessitando de mais atenção e garantia para que as leis de acessibilidade (Lei nº 10.098/2000) e inclusão (13.146/2015) como também o direito de ir e vir sejam respeitados e cumpridos.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2015). NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT.
http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf
- Brasil. (2013). Ministério da Educação. Documento Orientador Programa Incluir: acessibilidade na educação superior SECADI/SESU-2013. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13292-doc-ori-progincl&category_slug=junho-2013-pdf&Itemid=30192
- Brasil. Ministério da Educação. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf
- Carletto, A. C., & Cambiagli, S. (2007). Desenho Universal: um conceito para todos. São Paulo: Instituto Mara Gabrielli. https://www.maragabrielli.com.br/wp-content/uploads/2016/01/universal_web-1.pdf
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, [2000]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm
- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão. (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, [2015]. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm
- Mazzoni, A. A., Torres, E. F., Oliveira, R. de, Ely, V. H. M. B. & Mota Alves, J. B. da. (2001, maio/agosto). Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas. Ci. Inf., Brasília, 30(2), 29-34. <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/922/959>
- Organização das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>
- Sasaki, R. K. (2009, março/abril). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação (Reação). São Paulo, 10-16. https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319
- Sasaki, R. K. (1997). Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro, Editora WVA, <https://fdocumentos.tips/document/inclusao-construindo-uma-sociedade-para-todos-romeu-k-sasaki.html?page=2>

Sasaki, R. K. (2005, outubro). Inclusão: o paradigma do século 21. Inclusão - Revista da educação especial, Brasília, p. 23. <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>

Souza, S. C. de. (2022). Existe acessibilidade arquitetônica no prédio recém-inaugurado do CCBSA? João Pessoa.